



B10-0073/2024

4.10.2024

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

apresentada na sequência de uma declaração do Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

nos termos do artigo 136.º, n.º 2, do Regimento

sobre o reforço da resiliência da Moldávia contra a ingerência russa tendo em vista as próximas eleições presidenciais (2024/2821(RSP))

**Joachim Stanisław Brudziński, Adam Bielan, Mariusz Kamiński, Cristian Terheş, Malgorzata Gosiewska, Jaak Madison, Rihards Kols, Jadwiga Wiśniewska, Carlo Fidanza, Michał Dworczyk, Roberts Zīle, Alberico Gambino, Sebastian Tynkkynen, Ivaylo Valchev, Veronika Vrecionová, Ondřej Krutílek, Tobiasz Bocheński, Assita Kanko, Alexandr Vondra**  
em nome do Grupo ECR

**Resolução do Parlamento Europeu sobre o reforço da resiliência da Moldávia contra a ingerência russa tendo em vista as próximas eleições presidenciais (2024/2821(RSP))**

*O Parlamento Europeu,*

- Tendo em conta as suas anteriores resoluções sobre a República da Moldávia e sobre os países da Parceria Oriental,
  - Tendo em conta o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro<sup>1</sup>, que prevê uma Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado e que entrou integralmente em vigor em 1 de julho de 2016,
  - Tendo em conta o artigo 49.º do Tratado da União Europeia,
  - Tendo em conta o pedido de adesão à União Europeia (UE) apresentado pela República da Moldávia em 3 de março de 2022,
  - Tendo em conta a Declaração de Versalhes de 10 e 11 de março de 2022,
  - Tendo em conta a declaração da UE, de 21 de março de 2024, no Conselho Permanente da OSCE n.º 1 466, em Viena, sobre os recentes incidentes de segurança na região da Transnístria,
  - Tendo em conta o artigo 136.º, n.º 2, do seu Regimento,
- A. Considerando que estão previstas eleições presidenciais na Moldávia para 20 de outubro de 2024; que está previsto um referendo sobre a adesão da Moldávia à UE no mesmo dia que as eleições presidenciais;
- B. Considerando que a Rússia tem incessantemente procurado influenciar, subverter e comprometer a realização de eleições livres, justas e independentes na Moldávia, bem como em vários Estados-Membros, recorrendo a desinformação, atividades secretas, corrupção e muitas outras táticas de guerra híbrida destinadas a desestabilizar o Ocidente; que, apesar das recentes melhorias legislativas, as preocupações relativas ao financiamento das campanhas e à utilização de fundos russos ilícitos para influenciar resultados eleitorais continuam a ser uma das questões mais sensíveis do panorama eleitoral da Moldávia; que se espera que os esforços da Rússia destinados a exercer influência aumentem no período que antecede as eleições presidenciais na Moldávia;
- C. Considerando que se observou uma mudança clara nas táticas russas de ingerência, com a Rússia a alargar o seu apoio para além dos tradicionais partidos radicais pró-russos a um leque mais vasto de intervenientes políticos; que este leque agora inclui não só grupos moderadamente pró-russos e pró-moldavos, mas também grupos que se autoproclamam como «pró-europeus»; que esta estratégia parece, de forma enganosa,

---

<sup>1</sup> *OJL 260, 30.8.2014, p. 4, ELI.* [http://data.europa.eu/eli/agree\\_international/2014/492/oj](http://data.europa.eu/eli/agree_international/2014/492/oj).

oferecer aos eleitores desiludidos uma série de alternativas ao Partido de Ação e Solidariedade, procurando fragmentar o panorama político e diluir o apoio genuíno ao atual governo; que esta mudança reflete a abordagem evolutiva do Kremlin para influenciar operações, dando prioridade à criação de várias frentes para minar os processos democráticos e fomentar a discórdia interna;

- D. Considerando que as eleições locais da Moldávia, de 5 de novembro de 2023, terão registado níveis sem precedentes de ingerência russa, incluindo campanhas de desinformação, suborno de eleitores e apoio financeiro aos partidos pró-russos, o que representa uma ameaça séria para o processo democrático da Moldávia tendo em vista as eleições presidenciais de outubro de 2024; que informações recentes de investigadores moldavos revelaram a possibilidade de mais de 15 milhões de dólares de fundos russos terem sido alegadamente transferidos para subornos eleitores nas próximas eleições;
- E. Considerando que a Moldávia tomou medidas para combater a ingerência russa, nomeadamente banindo os partidos pró-russos, sancionando oligarcas, suspendendo os meios de comunicação social que propagam desinformação e aumentando os controlos alfandegários; que esses esforços exigem mais apoio da comunidade internacional e, em particular, da UE;
- F. Considerando que, em 3 de março de 2022, a República da Moldávia apresentou um pedido de adesão à UE e que, em 17 de junho de 2022, a Comissão Europeia emitiu pareceres sobre os pedidos apresentados pela Ucrânia, pela Geórgia e pela Moldávia; que foi concedido à Moldávia o estatuto de país candidato em 23 de junho de 2022, por acordo unânime dos 27 Estados-Membros; que a Comissão definiu, no seu relatório sobre o pacote de alargamento de 2023, apresentado em 8 de novembro de 2023, nove passos a dar pela Moldávia, recomendando a abertura de negociações de adesão, contanto que fossem realizadas as reformas ainda por concluir no domínio da justiça, da luta contra a corrupção e do desmantelamento da oligarquização; que o Conselho decidiu encetar negociações de adesão em 14 de dezembro de 2023 e que a primeira conferência intergovernamental que deu formalmente início a essas negociações teve lugar em 25 de junho de 2024;
- G. Considerando que a UE impôs sanções a importantes oligarcas moldavos e intervenientes pró-russos e que os Estados Unidos (EUA) avisaram repetidamente a Moldávia sobre os planos russos destinados a desestabilizar e derrubar o seu governo;
- H. Considerando que intervenientes russos, incluindo pessoas sancionadas como o oligarca moldavo fugitivo Ilan Shor, estiveram diretamente envolvidos nesses esforços de desestabilização, utilizando meios de comunicação social russos financiados pelo Estado localizados em território russo e redes criminosas para influenciar a política moldava;
- I. Considerando que a ingerência russa, combinada com a situação económica vulnerável, as divisões políticas e a importância geoestratégica da Moldávia, pode comprometer o futuro da Moldávia na UE, apesar dos progressos significativos para a adesão à UE; que os meios de comunicação social apoiados por oligarcas e as redes financeiras corruptas continuam a desestabilizar o panorama político da Moldávia, o que representa uma

ameaça para a sua soberania e para as instituições democráticas;

- J. Considerando que o Russia Today (RT) e os seus funcionários, incluindo a chefe de redação Margarita Simonyan, se coordenaram diretamente com o Kremlin para apoiar os esforços do Governo russo destinados a influenciar as eleições moldavas de outubro de 2024; que Margarita Simonyan aproveita as plataformas financiadas pelo Estado em que ocupa cargos de liderança, nomeadamente o RT, o Sputnik e a sua empresa-mãe, a agência internacional de informação Rossiya Segodnya, uma empresa unitária estatal federal, para tentar fomentar o descontentamento na Moldávia, provavelmente com o objetivo específico de fazer com que manifestações se tornem violentas;
- K. Considerando que a Rússia está a escalar, há anos, as agressões de «zona cinzenta» contra a Moldávia através de desinformação, ciberataques, ameaças de bomba e outras manipulações; que essa campanha faz parte do que peritos e funcionários governamentais consideram como a guerra híbrida da Rússia em constante evolução, que vai desde o Mar Báltico até ao Mar Negro: a invasão da Ucrânia e os esforços de desestabilização contra a Geórgia, a Estónia e outros vizinhos; que os principais instrumentos de Putin para desestabilizar a Moldávia são a propaganda e a corrupção exercidas por aliados bilionários, como Ilan Shor, e o antigo líder do partido no poder, Vladimir Plahotniuc, bem como a influência da Rússia sobre duas regiões: Gagauzia, um bastião de Ilan Shor, no sul, e Transnístria, situada na fronteira oriental da Moldávia e controlada por tropas russas;
- L. Considerando que, em 2023, o Governo russo alargou o âmbito operacional do RT, incluindo nele uma unidade cibernética com ligações diretas ao Estado russo; que essa unidade tem estado envolvida em operações secretas e de influência a nível mundial, nomeadamente na Moldávia; que as informações recolhidas por essa entidade, que opera sob a alçada do RT, são alegadamente canalizadas para agências de informação russas, meios de comunicação social controlados pelo Estado, grupos mercenários e outros intervenientes alinhados com o Governo russo; que o RT também está envolvido em campanhas de desinformação, em operações secretas de influência e em esforços de contratação no domínio militar para apoiar a guerra da Rússia na Ucrânia;
- M. Considerando que o Serviço de Informações de Segurança da República da Moldávia publicou um relatório em 2023, no qual destaca a intensidade sem precedentes das ações levadas a cabo pela Federação da Rússia destinadas a colocar a República da Moldávia na sua esfera de influência; que o mecanismo utilizado para levar a cabo essa ameaça é de natureza híbrida, visando, de forma operacional, atacar os processos democráticos e comprometer a trajetória da Moldávia rumo à integração europeia, amplificando as tendências radicais e separatistas na região meridional da Moldávia, em particular na Gagauzia, difundindo propaganda e alterando o espaço de informação, interferindo no processo eleitoral da Moldávia e realizando operações subversivas;
- N. Considerando que, em 18 de setembro de 2024, dois aliados próximos de Ilan Shor, Marina Tauber, deputada ao Parlamento da Moldávia, e Evghenia Guțul, governadora (Bashkan) da Gagauzia, se reuniram com a porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, Maria Zakharova, e, posteriormente, divulgaram informações falsas sobre a UE e o futuro da Moldávia na União, manipulando assim os cidadãos moldavos e tentando influenciar as próximas eleições;

- O. Considerando que a Moldávia enfrenta desafios económicos e de segurança crescentes, nomeadamente o risco de retrocesso político caso os candidatos apoiados pela Rússia forem bem-sucedidos nas próximas eleições presidenciais;
- P. Considerando que a decisão da Ucrânia de encerrar a sua fronteira com a Transnístria, onde se encontram 1 500 tropas russas, reduziu significativamente o comércio entre Kiev e Tiraspol, cortando fluxos críticos de receitas e reduzindo os volumes comerciais da Transnístria com a Rússia em 22 % em 2022; que atualmente a Moldávia controla a maior parte do acesso da Transnístria ao comércio externo, o que representa uma oportunidade sem precedentes para influenciar a região separatista; que a Moldávia implementou uma estratégia de pressão que inclui a criminalização do separatismo, o reforço dos controlos aduaneiros e a retirada de privilégios aduaneiros às empresas da Transnístria, criando assim uma pressão económica considerável; que, apesar de receber gás russo gratuitamente, a Transnístria continua vulnerável a um corte potencial do trânsito de gás russo através da Ucrânia em dezembro de 2024, o que poderia deixar a região sem energia;
- Q. Considerando que a Rússia tem uma presença militar substancial no Mar Negro, nomeadamente através de números e capacidades não divulgados de submarinos, e um potencial considerável para dominar as rotas adjacentes de transporte marítimo; que situação volátil na Transnístria representa um risco estratégico, uma vez que a Rússia pode tomar o controlo da região e escalar o conflito, devido à provável resposta militar da Ucrânia;
- R. Considerando que, de acordo com investigações jornalísticas, dezenas de padres da metrópole da Moldávia viajaram até à Rússia, onde receberam cartões de crédito com os quais posteriormente retiraram fundos; que essas viagens são alegadamente organizadas por Ilan Shor em estreita colaboração com a igreja ortodoxa russa, que está estreitamente alinhada com o regime do Kremlin, para utilizar o clero para fins eleitorais;
- S. Considerando que, em resposta aos esforços contínuos da Rússia para minar a democracia moldava e interferir nos processos eleitorais da Moldávia, o Departamento de Estado dos EUA está a impor sanções adicionais a um aspeto essencial da influência maliciosa da Rússia na Moldávia;
1. Manifesta solidariedade com o povo da República da Moldávia e reitera o apoio inabalável à independência, soberania e integridade territorial da República da Moldávia nas suas fronteiras internacionalmente reconhecidas; louva, em particular, a Moldávia pelas suas reformas do código eleitoral de 2022, que deram resposta a recomendações de longa data e estabeleceram um quadro mais sólido para as próximas eleições, bem como o aumento do número de assembleias de voto no estrangeiro e uma nova iniciativa de votação parcial por correspondência; salienta igualmente o papel importante desempenhado pela República da Moldávia para garantir a segurança e estabilidade da fronteira oriental da UE no contexto da crise humanitária causada pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia;
  2. Condena veementemente as repetidas tentativas da Rússia de desestabilizar a República da Moldávia e as suas instituições e sociedade; insta as autoridades russas a respeitarem

a independência, a soberania e a integridade territorial da República da Moldávia, a cessarem as suas provocações e tentativas de desestabilização do país e a retirarem imediata e incondicionalmente as suas forças militares dos territórios ocupados da Moldávia (Transnístria), da Geórgia (Abcásia e Ossétia do Sul) e da Ucrânia;

3. Reitera o seu total compromisso com a adesão da República da Moldávia à UE; congratula-se com os esforços consideráveis das autoridades moldavas para fazer avançar a agenda de reformas e com a sua determinação em cumprir os nove passos identificados no parecer da Comissão de 17 de junho de 2022, a fim de avançar para a adesão à UE, apesar da pressão da Rússia sobre a Moldávia e das crises desencadeadas pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia;
4. Salaria que, com base na experiência das eleições locais de 2023, é provável que a Federação da Rússia utilize a tática de utilizar partidos «marioneta» nas próximas eleições legislativas de 2025, criando uma cortina de fumo para facilitar a entrada de, pelo menos, um partido controlado por Ilan Shor no Parlamento;
5. Felicita a Moldávia pela primeira conferência intergovernamental sobre a abertura das negociações de adesão, que teve lugar em junho de 2024, apenas dois anos após a concessão do estatuto de país candidato, servindo assim de prova da determinação da Moldávia em cumprir o programa de reformas da UE; reconhece os progressos significativos realizados pela Moldávia no processo de adesão à UE e solicita que a conferência intergovernamental conclua o grupo de capítulos 1 das negociações no próximo ano;
6. Insta a NATO e os seus membros a ponderarem a possibilidade de reforçar a presença naval da NATO e o seu grau de preparação na região do Mar Negro;
7. Insta a UE a apoiar os esforços da Moldávia de reintegração pacífica da Transnístria, prestando assistência financeira e técnica para estabilização económica, medidas de coesão social e diversificação da energia da Transnístria através dos Estados-Membros vizinhos, assegurando que os progressos da Moldávia rumo à adesão à UE não sejam prejudicados pelo estatuto por resolver da Transnístria;
8. Exorta o Governo da Moldávia, à medida que o país avança na sua via da adesão à UE, a reparar as injustiças feitas pela opressiva ocupação soviética a todas as denominações religiosas;
9. Reconhece que a Metrópole Ortodoxa de Bessarábia foi vítima da opressão soviética; observa, a este respeito, que a Metrópole Ortodoxa de Bessarábia, depois de ter sido abusivamente abolida pelas autoridades soviéticas, não foi oficialmente reconhecida até 2002, após uma decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos;
10. Insta a Comissão, o Serviço Europeu para a Ação Externa e os Estados-Membros a disponibilizarem urgentemente financiamento e conhecimentos especializados para apoiar a formação de observadores eleitorais de curta duração na Moldávia para as eleições de outubro de 2024, em colaboração com a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa e os seus serviços e gabinetes específicos;
11. Exorta a Comissão a ponderar uma cooperação reforçada para prestar à Moldávia

assistência técnica específica em matéria de luta contra a ingerência e melhorar a infraestrutura eleitoral da Moldávia, incluindo assistência na implementação de tecnologias seguras de voto e medidas destinadas a garantir a integridade da transmissão dos resultados da contagem dos votos;

12. Solicita à Comissão que desenvolva e apresente um plano abrangente de crescimento para a Moldávia que vise facilitar o investimento estrangeiro e promover o desenvolvimento económico no país; solicita que se continue a prestar apoio financeiro sólido à Moldávia, a fim de assegurar o seu crescimento sustentável e a sua estabilidade; solicita ainda a abolição permanente dos direitos e contingentes de importação aplicáveis às exportações moldavas para a UE;
13. Congratula-se com a assistência prestada ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz em apoio das Forças Armadas da República da Moldávia, destinada a modernizar as capacidades de defesa aérea do país, e solicita que esse apoio continue a ser prestado; observa que todos os estados soberanos têm o direito inerente de investirem nas suas capacidades de defesa e que medidas dessa natureza tomadas nesse domínio são plenamente coerentes com o estatuto de neutralidade da República da Moldávia;
14. Louva o lançamento da Missão de Parceria da UE na República da Moldávia no âmbito da política comum de segurança e defesa, destinada a reforçar a resiliência do setor da segurança da Moldávia; apoia firmemente as atividades da missão e o seu papel na prestação de assistência e conhecimentos especializados cruciais para reforçar a segurança e a estabilidade do país;
15. Saúda a assinatura da parceria em matéria de segurança e defesa, que vai reforçar a resiliência da Moldávia e permitir à UE e à Moldávia enfrentar conjuntamente os desafios comuns em matéria de segurança; salienta que a Moldávia é o primeiro país a assinar uma parceria desse tipo com a UE, demonstrando o forte empenho de ambas as partes na cooperação reforçada no domínio da segurança e da defesa;
16. Insta a UE, os EUA, o Canadá e o Reino Unido a continuarem a aplicar e a alargar as sanções contra pessoas, meios de comunicação social e entidades envolvidas em atividades patrocinadas pelo Kremlin destinadas a subverter os processos democráticos e a integridade eleitoral da Moldávia e de todos os Estados-Membros e parceiros da UE;
17. Exorta o Governo da Moldávia a aumentar a vigilância em relação a eventuais irregularidades eleitorais, a reforçar a comunicação ao público sobre segurança eleitoral e a preparar-se para dar resposta às tentativas russas de incitar manifestações na sequência dos resultados eleitorais;
18. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao vice-presidente da Comissão/alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, ao Governo e ao Parlamento da República da Moldávia, à Federação da Rússia, à Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, às Nações Unidas e ao Conselho da Europa.